



[Despacho n.º 2682-B/2026, de 2 de março](#)

Aprova apoios financeiros urgentes do Fundo Ambiental para o ano de 2026.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 01.03.2026.

[Ofício-circulado n.º 20290/2026, de 3 março](#)

Alterações à declaração modelo DMR - Declaração Mensal de Remunerações – AT

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 12.02.2026

[Circular n.º 2/2026, de 3 março](#)

Retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões para a Região Autónoma da Madeira.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 01.01.2026

[Resolução da Assembleia da República n.º 48/2026, de 4 de março](#)

Recomenda ao Governo a melhoria das acessibilidades para pessoas com deficiência e o reforço da fiscalização.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

[Portaria n.º 104/2026/1, de 5 de março](#)

Aprova os modelos destinados ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS e respetivas instruções de preenchimento.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 06.03.2026 e produz efeitos a 01.01.2026.

Lei n.º 9-A/2026, de 6 de março

Autoriza o Governo a aprovar medidas de desagravamento fiscal para o fomento de oferta de habitação.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

Lei n.º 9-B/2026, de 6 de março

Autoriza o Governo a rever o regime aplicável ao licenciamento de operações urbanísticas e a alterar o regime jurídico da urbanização e da edificação e o regime jurídico da reabilitação urbana.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

Decreto-Lei n.º 76/2026, de 9 de março

Altera o Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, que estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 10.03.2026.

Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2026/M, de 9 de março

Fixação do valor do metro quadrado de construção para o ano de 2026. (1.020,00 €).

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 10.03.2026.

Despacho n.º 3009/2026, de 10 de março

Procede à extinção do Fundo REVITA.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 11.03.2026.

Decreto Legislativo Regional n.º 7/2026/A, de 11 de março

Regime geral de prevenção e gestão de resíduos na Região Autónoma dos Açores.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 10.04.2026.

Lei n.º 9-C/2026, de 12 de março

Aprova um regime excecional e temporário destinado à reconstrução e reabilitação do património e das infraestruturas nos concelhos afetados pela tempestade Kristin.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 13.03.2026 e produz efeitos a 28.01.2026.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2026, de 12 de março

Aprova a prorrogação da validade dos títulos de proteção temporária concedidos a favor de pessoas deslocadas da Ucrânia.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 05.03.2026.

Despacho n.º 3294/2026, de 13 de março

Determina a constituição de um Grupo Técnico para acompanhar a expansão do Aeroporto Francisco Sá Carneiro.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

Decreto-Lei n.º 78/2026, de 16 de março

Reestrutura a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 01.04.2026.

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 3/2026, de 17 de março

Acórdão do STA de 26 de Março de 2025, no Processo n.º 12/24.9BALS — Pleno da Secção do Contencioso Tributário Uniformiza a Jurisprudência nos seguintes termos: «— Só beneficiam da taxa de 6% de IVA prevista, conjugadamente, nos artigos 18.º, alínea a), e na Verba 2.23 da Lista I anexa ao CIVA, as empreitadas de reabilitação urbana; — A qualificação como ‘empreitada de reabilitação urbana’ pressupõe a existência de uma empreitada e a sua realização em Área de Reabilitação Urbana para a qual esteja previamente aprovada uma Operação de Reabilitação Urbana».

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

Ofício-circulado n.º 202921/2026, de 17 março

Declaração Modelo 3 em vigor a partir de 2026.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 01.04.2026.

Decreto-Lei n.º 79-A/2026, de 20 de março

Altera o Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro, e estende o regime de apoios e de simplificação administrativa a outras parcelas do território nacional.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 21.03.2026.

Circular n.º 3/2026, de 21 de março

Retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões para a Região Autónoma dos Açores.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 01.01.2026

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2026, de 23 de março

Elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 24.03.2026.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2026, de 23 de março

Elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 24.03.2026.

Resolução da Assembleia da República n.º 60/2026, de 24 de março

Recomenda ao Governo que reduza o prazo de pagamento a fornecedores do Estado para 30 dias.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2026, de 24 de março

Aprova o Plano de Ação para a Economia Circular 2025-2030.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 25.03.2026.

Despacho n.º 3790/2026, de 24 de março

Procede à primeira alteração ao Despacho n.º 8312/2025, de 18 de julho, que determina que os cidadãos e agentes económicos são dispensados da apresentação dos documentos em posse de qualquer serviço e organismo da Administração Pública quando derem o seu consentimento para que a entidade responsável pela prestação do serviço proceda à sua obtenção.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 24.03.2026.

[Declaração de Retificação n.º 13/2026/1, de 26 de março](#)

Retifica a Lei n.º 5-A/2026, de 28 de janeiro, que aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas, nacionais e estrangeiras, que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e cria o Registo de Transparência da Representação de Interesses.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

[Portaria n.º 128/2026/1, de 26 de março](#)

Estabelece as potências mínimas e as regras técnicas aplicáveis à instalação e ao funcionamento dos pontos de carregamento elétrico de veículos previstas no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 93/2025, de 14 de agosto, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 27.03.2026, sendo que nos casos em que seja necessário realizar alterações às instalações existentes à data de entrada em vigor da presente portaria, tais alterações podem ser realizadas até 31.12.2026.

[Portaria n.º 130/2026/1, de 27 de março](#)

Estabelece os termos aplicáveis às licenças de utilização privativa do domínio público, para a instalação de pontos de carregamento elétrico de veículos no domínio público, previstos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 93/2025, de 14 de agosto, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 28.03.2026, salvo o disposto no n.º 5 do artigo 2.º, que produz efeitos a 31.12.2026.

[Portaria n.º 133/2026/1, de 30 de março](#)

Fixa as taxas previstas no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 93/2025, de 14 de agosto, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 31.03.2026.

[Despacho n.º 4185-A/2026, de 30 de março](#)

Determina o encerramento das candidaturas aos apoios em matéria de habitação própria permanente.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 30.03.2026.

[Aviso n.º 7068/2026/2, de 30 de março](#)

Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a janeiro de 2026, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

[Resolução da Assembleia da República n.º 64/2026, de 31 de março](#)

Recomenda ao Governo um programa nacional de reabilitação e eficiência energética dos edifícios escolares.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

[Despacho n.º 4197/2026, de 31 de março](#)

Prorroga o prazo do Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas (FIEAE), pelo período adicional de seis anos.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

[Decreto-Lei n.º 80-A/2026, de 31 de março](#)

Cria apoios excecionais e temporários de compensação pela escalada do preço dos combustíveis verificada em consequência do conflito no Médio Oriente a atribuir aos operadores de transporte de passageiros e mercadorias, às entidades do setor social, às associações humanitárias de bombeiros e aos setores agrícola, florestal, das pescas e da aquicultura.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 01.04.2026.

[Decreto Regulamentar n.º 5-A/2026, de 31 de março](#)

Altera o Decreto Regulamentar n.º 3/2024, de 21 de fevereiro, com vista à atualização do universo dos sujeitos passivos abrangidos pela declaração automática de IRS, na sequência da revisão do regime do IRS Jovem.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 01.04.2026 e é aplicável às declarações automáticas de rendimentos relativas aos anos de 2025 e seguintes.

Portaria n.º 136-C/2026/1, de 31 de março

Altera as instruções do anexo H, da declaração prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS, aprovadas pela Portaria n.º 104/2026/1, de 5 de março.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 01.04.2026 e produz efeitos a 01.01.2026.

Em caso de necessidade de algum esclarecimento complementar, contacte:

Serviços da AICCOPN: T: +351 223 402 200 | geral@aiccopn.pt